

Visão geral



Transparência:

36 /100

(Classificação por Orçamento Aberto)



Participação
Pública:

9 /100



Fiscalização do
Orçamento:

33 /100

Sobre o inquérito

As decisões orçamentais de um governo – quais impostos cobrar, quais serviços prestar e quanta dívida assumir – afetam a igualdade e o bem-estar do povo numa sociedade, inclusive as oportunidades reais que os mais desfavorecidos terão, ou não, de alcançar uma vida melhor. É fundamental que o governo informe e garanta a participação do público nessas decisões vitais que atingem suas vidas.

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento de pesquisa independente, comparativo e baseado em fatos que existe no mundo e que usa critérios aceitos em escala internacional para avaliar o acesso do público a informações sobre os orçamentos de governos centrais; as oportunidades para a participação do público no processo orçamental nacional; e o papel das instituições de fiscalização do orçamento, como o parlamento e as instituições de auditoria, no processo orçamental.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e conferir junto a seu governo a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 7ª edição do IOA abrange 117 países.

Em www.internationalbudget.org/open-budget-survey, você encontrará mais informações, inclusive toda a metodologia do IOA, o Relatório Global para 2019, resultados de todos os países estudados e o Explorador de Dados.

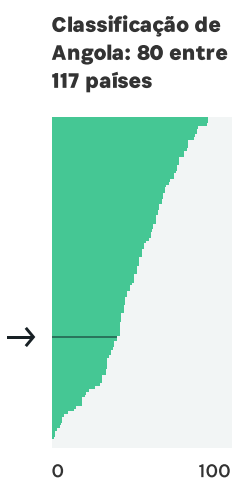


Transparência

Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia a disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.

Angola tem uma pontuação em transparência de 36 (sobre 100).

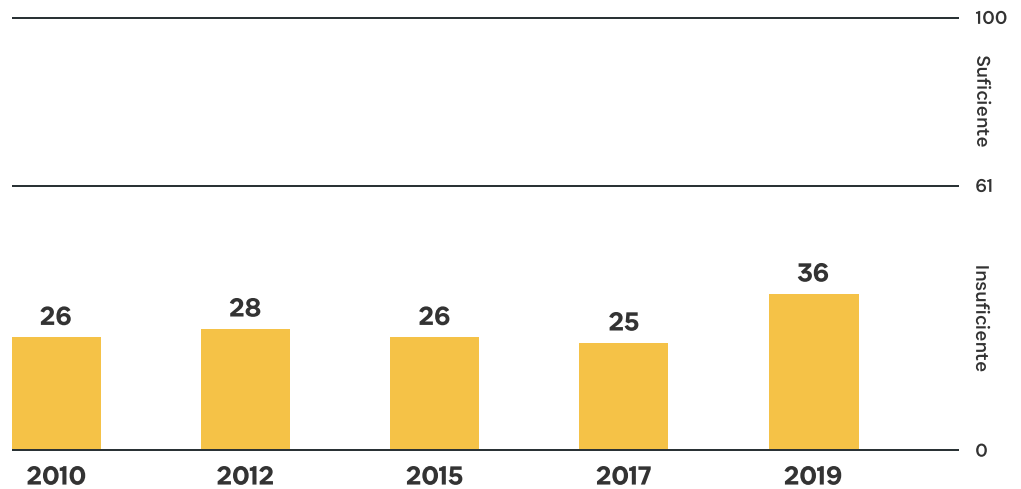
Transparência de Angola em comparação a outros



Média Global	45
South Africa	87
Brasil	81
Namibia	51
Moçambique	42
Botswana	38
Angola	36
São Tomé e Príncipe	24

0 Insuficiente 61 Suficiente 100

Como evoluiu a pontuação em transparência de Angola ao longo do tempo?



Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Angola

- Disponível para o Público
- Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
- ⊘ Não Foi Produzido

Documento	2010	2012	2015	2017	2019
Declaração Pré-Orçamental	●	⊘	⊘	⊘	⊘
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●	●	●	●
Orçamento Promulgado	●	●	●	●	●
Orçamento Cidadão	⊘	⊘	●	●	●
Relatórios Durante o Ano	●	●	●	●	●
Revisão Semestral	⊘	●	●	⊘	⊘
Relatório de Fim de Ano	●	●	●	●	●
Relatório de Auditoria	●	⊘	●	⊘	●

Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Angola disponibiliza ao público?

- 61-100 / 100
- 41-60 / 100
- 1-40 / 100

Principal documento orçamental	Finalidade e conteúdo do documento	Exercício fiscal avaliado	Pontuação do conteúdo do documento
Declaração Pré-Orçamental	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.	2019	Não produzido
Proposta de Orçamento do Executivo	Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país.	2019	39
Orçamento Promulgado	O orçamento aprovado pelo poder legislativo.	2018	78
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.	2018	42
Relatórios Durante o Ano	Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.	2018	67
Revisão Semestral	Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconômicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.	2018	Não produzido
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.	2017	38
Relatório de Auditoria	Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.	2016	Uso Interno

Angola: A pontuação no quesito transparência de 36 no IOA de 2019 é substancialmente mais alto que de sua pontuação em 2017.

O que mudou em 2019?

Angola aumentou a disponibilidade de informação orçamentária ao:

- Publicar Relatórios Durante o Ano por via eletrônica.
- Publicar N/A por via eletrônica em tempo hábil.

Recomendações

Angola deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

- Publicar Relatório de Auditoria por via eletrônica em tempo hábil.
- Agregar dados adicionais na Proposta Orçamental do Executivo, por exemplo sobre ativos e passivos do governo e sobre propostas para novas políticas no orçamento.
- Agregar dados adicionais no Relatório de Fim de Ano, por exemplo sobre a composição da dívida, sobre a precisão das projeções macroeconômicas originais e sobre o desempenho com relação tanto a insumos quanto a produtos.
- Produzir e publicar Declaração Pré-Orçamental e Revisão Semestral por via eletrônica em tempo hábil
- Ampliar o alcance de Orçamento Cidadão.



Participação Pública

A transparência sozinha não basta para melhorar a governança. A participação inclusiva do público é crucial para alcançar resultados positivos associados à maior transparência orçamental.

O IOA também avalia as oportunidades formais franqueadas ao público para uma participação significativa nas diferentes etapas do processo orçamental. Examina as práticas do executivo, do poder legislativo e da instituição suprema de auditoria (ISA) do governo central, com base em 18 indicadores de peso igual, alinhados com os **Princípios de Participação Pública na Política Fiscal** da *Fiscal Transparency*, e pontua cada país em uma escala de 0 a 100.

Angola tem uma pontuação no quesito participação pública de **9** (sobre 100).

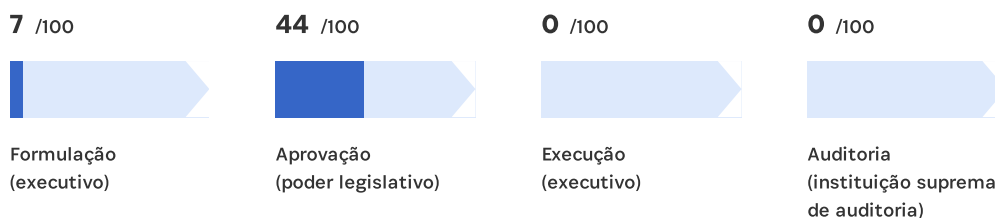
Participação pública de Angola em comparação a outros

Média Global	14
South Africa	24
Brasil	17
Moçambique	11
Angola	9
Botswana	9
Namibia	0
São Tomé e Príncipe	0

0 Insuficiente 61 Suficiente 100

Veja maiores informações sobre práticas de participação pública no mundo, [aqui](#).

Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



poucos: 0 - 40; limitado: 41 - 60; adequado: 61 - 100

Recomendações

O Ministério das Finanças de Angola estabeleceu consultas públicas durante a formulação do orçamento mas, para fortalecer mais ainda a participação pública no processo orçamental, também deveria priorizar as seguintes ações:

- Testar mecanismos para o público monitorar a execução do orçamento.
- Ampliar os mecanismos durante a formulação do orçamento para qualquer organização da sociedade civil ou membro do público que quiser participar poder fazê-lo.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.

O Assembleia Nacional de Angola aceitou contribuições ad hoc relativas à aprovação do orçamento anual, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil exponha durante suas audiências sobre a proposta de orçamento antes de sua aprovação e sobre o Relatório de Auditoria.
- Informar ao público quanto ao uso das contribuições de cidadãos durante as deliberações legislativas sobre o orçamento anual.

O Tribunal de Contas de Angola deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria e contribuir para investigações relevantes.

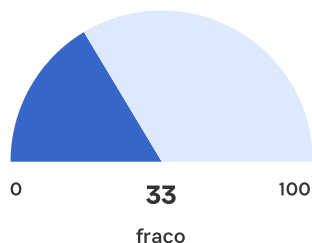


Fiscalização do Orçamento

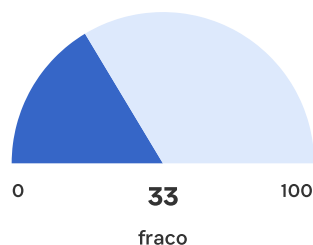
O IOA também examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e avalia a eficácia de sua fiscalização. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Angola, juntos, fazem uma fiscalização fraca durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **33** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte: O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Angola, juntos, fazem uma fiscalização fraca durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **33** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte:

Fiscalização pelo legislativo



Fiscalização pela instituição de auditoria



fraco: 0 - 40; limitado: 41 - 60; adequado: 61 - 100

Recomendações

O Assembleia Nacional de Angola oferece uma fiscalização fraco durante a etapa de planeamento no ciclo orçamental e uma fiscalização fraco durante a etapa de execução. Para melhorar a eficácia de sua fiscalização, deve priorizar as seguintes ações:

- O poder legislativo deve debater a política orçamental antes do envio da Proposta de Orçamento do Executivo, e aprovar recomendações para o próximo orçamento.

- Comissões legislativas devem examinar a Proposta de Orçamento do Executivo e publicar por via eletrônica relatórios com sua análise dela.
- Uma comissão legislativa deve examinar a execução orçamental durante o ano e publicar por via eletrônica relatórios com suas conclusões.
- Na prática, garantir que o poder legislativo seja consultado antes que o executivo transfira recursos entre unidades administrativas especificadas no Orçamento Promulgado durante o exercício fiscal ou gaste qualquer receita imprevista.
- Uma comissão do poder legislativo deve examinar o Relatório de Auditoria e publicar por via eletrônica um relatório com suas conclusões.

Para reforçar sua independência e fazer uma fiscalização orçamental mais eficaz em Angola, o Tribunal de Contas deve:

- Obter a aprovação legislativa ou judicial para indicar o seu dirigente.
- Garantir a disponibilidade de financiamento suficiente para desempenhar suas tarefas institucionais, conforme determinação de uma entidade independente (ex., poder legislativo ou judiciário).
- Garantir que os processos de auditoria sejam revistos por um órgão independente.

A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes

Angola não possui uma instituição fiscal independente (IFI). Cada vez mais, os IFIs são reconhecidos como provedores valiosos de informações independentes e imparciais para o Executivo e/ou Legislativo durante o processo orçamental.

**Estes indicadores *não* são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.*

Metodologia

- O IOA de 2019 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2018.
- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento.

Sergio Calundungo

Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)

Praceta Farinha Leitão n27-1Dto

scalundungo@googlemail.com

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente.